

# CERRADINHO AÇÚCAR, ETANOL E ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 47.062.997/0001-78 - NIRE 52300039703

## ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2019

**1. Data, Hora e Local da Reunião:** Realizada aos 26/09/2019, às 10h00min., na sede social da **Cerradinho Açúcar, Etanol e Energia S.A.**, localizada no município de Chapadão do Céu/GO, na Rod. GO 050, s/nº, parte, Km 11 + 900 metros, Fazenda Âncora, Z. Rural, CEP 75828-000 (“**Cia.**”).

**2. Convocação e Presenças:** Face à presença da única acionista da Cia., por tratar-se de subsidiária integral da Cia. Cerradinho Bioenergia S.A., foram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”).

**3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Luciano Sanches Fernandes e secretariados pelo Sr. José Airton Oliveira Junior.

**4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A.; (ii) a inclusão de filiais; (iii) a alteração do objeto social; (iv) a alteração da administração da Cia. e, consequentemente, a eleição da Diretoria; (v) a fixação da remuneração global dos administradores da Cia.; e (vi) a consolidação do Estatuto Social da Cia..

**5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, a única Acionista Cerradinho Bioenergia S.A., sem quaisquer restrições resolveu aprovar: (i) a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, como faluta o artigo 130, §1º da Lei das S.A.. (ii) a inclusão de filiais da Cia., em razão do que o artigo 2º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte nova redação: “**Artigo 2º** A Cia. tem sede e foro no município de Chapadão do Céu/GO, na Rod. GO 050, s/nº, parte, Km 11 + 900 metros, Fazenda Âncora, Zona Rural, CEP 75828-000, e filiais localizadas nos seguintes endereços: (i) no município de Chapadão do Céu/GO, na Rod. GO 050, s/nº, parte, Sala 01, Km 11+900 metros, Fazenda Âncora, Zona Rural, CEP 75828-000, NIRE nº 529.010.058-03 e CNPJ/MF nº 47.062.997/0111-02; e (ii) no município de Chapadão do Sul/MS, na Rod. MS 306, s/nº, Sala 02, Km 120, Fazenda São Pedro, Zona Rural, CEP 79560-000, NIRE nº 549.003.829-07 e CNPJ/MF nº 47.062.997/0112-93.” (iii) a alteração na redação do objeto social da Cia., para incluir a atividade de fabricação de alimentos para animais (CNAE 10.66-0-00), em razão do que o Artigo 3º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte nova redação: “**Artigo 3º** A Cia. tem por objeto social: (i) a importação, exportação, produção e comercialização de açúcar, álcool, cana-de-açúcar, milho, sorgo e demais derivados de tais produtos agrícolas, tais como levedura seca, DDG (grãos secos por destilação), óleo vegetal e melado para ração animal; (ii) geração e comercialização de energia elétrica; (iii) a exploração agrícola e pastorial em terras próprias ou de terceiros; (iv) a importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de fertilizantes e demais insumos agrícolas; (v) a administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo arrendar, receber em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral; (vi) a plantio, cultivo e comercialização de milho, soja e eucalipto; (vii) o serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; (viii) a extração de madeira em florestas plantadas; (viii) a locação de máquinas, equipamentos e veículos, com ou sem fornecimento de operadores ou condutores desses bens; (ix) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (x) a prestação de serviços relativos às atividades antes mencionadas; (xi) a participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia ou acionista, desde que relacionadas com as demais atividades previstas no objeto social da Cia., e na medida necessária para exercê-las; e (xii) a fabricação de alimentos para animais.” (iv) a alteração da administração da Cia., definindo pela não eleição/instalação do Conselho de Administração neste momento, e decidindo pela administração somente por uma Diretoria, sem que isso ocorra em quaisquer alterações no Estatuto Social da Cia..

**(1)** Em decorrência da deliberação acima, as matérias atribuídas ao Conselho de Administração no Estatuto Social da Cia., enquanto não eleito/instalado referido órgão, competirão à Assembleia Geral, e a Diretoria será composta pelos seguintes membros: (a) Sr. **Gustavo de Marchi Galvão Oliveira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 24.710.611-2/SSP-SP e CPF/MF nº 187.228.218-05, por o cargo de Diretor Presidente; e (b) Sr. **Renato Henrique Pretti**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 40.416.962-4/SSP-SP e CPF/MF nº 348.723.578-17, para o cargo de Diretor de Operações, Planejamento Estratégico e Projetos, ambos com endereço comercial no município de Chapadão do Céu/GO, na Rod. GO 050, s/nº, parte, Km 11 + 900 metros, Fazenda Âncora, Zona Rural, CEP 75828-000, os quais foram eleitos como diretores e continuarão empossados, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio, para um mandato de **02 anos**.

**(2)** Os membros da Diretoria ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da Cia., e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

**(v)** fixar a verba global de R\$ 2.408.168,30, incluídos os encargos e tributos incidentes, para a remuneração da administração da Cia..

**(vi)** em razão das deliberações acima, resolve a acionista consolidar as alterações no Estatuto Social da Cia., o qual passa a vigorar com redação anexa à presente ata como “**ANEXO I**”.

**6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme e aprovada pelos presentes, foi assinada pelo Presidente – Luciano Sanches Fernandes e pelo Secretário – José Airton Oliveira Junior. Acionista Presente: Cerradinho Bioenergia S.A., representada por Paulo Oliveira Motta Júnior e Charles Wagner Zanotti. Essa é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio, assinada pelo Presidente da Cia. e emitir as normas correspondentes; (j) propor ao Conselho de Administração a criação de um plano de cargos e salários da Cia. e seu regulamento, bem como a emissão e modificação de quaisquer normas e regulamentos de organização interna da Cia.; (k) aprovar quaisquer investimentos pela Cia. cujo valor, de forma isolada ou cumulativa, não exceda os limites estipulados pelo Conselho de Administração; (xii) aprovar quaisquer contratos ou outras obrigações (incluindo contratos de financiamento bancário) da Cia. cujo valor não exceda, de forma isolada ou cumulativa, os limites estipulados pelo Conselho de Administração, inclusive avais, fianças, ou outras garantias que sejam necessários à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Cia.; (xiii) aprovar a aquisição, alienação ou operação de qualquer participação societária pela Cia., incluindo controladas ou subsidiárias integrais, para as transações cujos valores envolvidos, por operação, não ultrapassem os limites estipulados pelo Conselho de Administração; (xiv) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e arbitragens e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, em quaisquer dos casos, em valor não superior a R\$5.000.000, ficando ressalvado, entretanto, que a propositura de qualquer medida ou ação (seja administrativa, judicial ou de qualquer outra natureza) contra qualquer autoridade governamental, de qualquer esfera, dependerá sempre da aprovação do Conselho de Administração; e (xv) propor ao Conselho de Administração políticas de riscos, alçadas e investimentos aplicáveis à Cia..

**§2º** A investidura nos cargos da Diretoria far-se-á por termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

**§3º** As deliberações da Diretoria serão sempre tomadas em reuniões previamente convocadas pelo Diretor Presidente, ou por quaisquer 2 (dois) Diretores, e lavradas nas respectivas atas onde constará a ordem do dia e o exato teor das discussões travadas e deliberações tomadas, sendo que cada Ata de cada Reunião será lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria.

**§4º** Ocorrendo a vacância definitiva de algum cargo da Diretoria, poderá ser eleito novo membro pelo Conselho de Administração, observados os termos deste Estatuto Social. O membro da Diretoria assim eleito fará cumprir o restante do mandato pertinente àquela gestão, e fará jus a todos os direitos e prerrogativas atribuídas ao diretor substituído, inclusive remuneração pelos serviços prestados à Cia., pelo prazo que restar desta gestão.

**§5º** É expressamente vedado aos membros da Diretoria, sob qualquer pretexto ou modalidade, o uso da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, assim como avalizar ou afiançar, em nome da Cia., obrigações de terceiros, exceto quando autorizado pelo Conselho de Administração.

**Artigo 24** Compete ao Diretor Presidente: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Cia.; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iii) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Cia. e o andamento de suas operações; (iv) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria, incluindo a distribuição das funções da Diretoria entre os Diretores de acordo com o plano organizacional da Cia.; (v) fornecer, quando demandado, informações ao Conselho Fiscal; e (vi) exercer quaisquer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 25** Compete ao Diretor Vice-Presidente: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores em conjunto com o Diretor Presidente; (ii) substituir o Diretor Presidente nas suas ausências e impedimentos.

**Artigo 26** A Cia. considerar-se-á obrigada quando representada: (i) pelo Diretor Presidente, em conjunto com qualquer outro Diretor ou quaisquer dois Diretores em conjunto; (ii) por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, devidamente constituído na forma do §Único abaixo; ou (iii) por quaisquer dois procuradores com poderes especiais e devidamente constituídos na forma do Parágrafo Único abaixo.

**Único** As procurações serão outorgadas em nome da Cia. pelo Diretor Presidente, em conjunto com qualquer outro Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais e administrativos conferidas a advogados, serão válidas por no máximo 3 anos. Em caso de ausência de fixação do prazo de validade das procurações outorgadas, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 ano.

**Capítulo VIII - Do Conselho Fiscal:**

**Artigo 27** O Conselho Fiscal da Cia. será instalado quando solicitado, de acordo com as disposições legais aplicáveis, e será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará sua remuneração.

**Artigo 28** Nos casos de vagas entre os membros efetivos, O Conselho Fiscal será convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, nesta ordem, o qual exercerá o mandato do cargo vago até a próxima Assembleia Geral, quando serão eleitos os novos membros do Conselho Fiscal.

**Capítulo IX - Do Exercício Social, Das Demonstrações Financeiras e Dividendos:**

**Artigo 29** O exercício social terá início em 1º/04 de cada ano e término em 31/03 do ano civil seguinte. Ao final de cada exercício, e relativamente ao mesmo, será levantado um balanço e serão preparadas as demonstrações financeiras.

**Artigo 30** Ao fim de cada exercício social, serão elaborados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas pela legislação aplicável, apurando-se o saldo de lucros ou prejuízos do exercício social.

**§1º** Juntamente com as demonstrações financeiras, a administração da Cia., nos termos deste Estatuto Social, submeterá à Assembleia Geral Ordinária o relatório da Administração e a proposta sobre a destinação a ser dada aos resultados do exercício.

**§2º** As demonstrações financeiras anuais da Cia. serão auditadas por empresa de auditoria independente.

**Artigo 31** Os lucros líquidos apurados, após os ajustes legais, terão a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, até que atinja 30% do capital social; e (ii) 25% para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, proporcionalmente às suas participações no capital social da Cia..

**Artigo 32** A Cia. poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais e, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos intermediários baseados nos lucros apurados nestes balanços, observadas as disposições deste Estatuto Social.

**§1º** Os dividendos distribuídos de acordo com este Artigo serão considerados adiantamento do dividendo mínimo obrigatório.

**§2º** Alternativamente ao pagamento de dividendos, a Administração da Cia. poderá propor sejam pagos juros sobre o capital próprio, que farão substituir a figura dos dividendos mínimos previstos neste Estatuto Social, tudo conforme o disposto no Art. 9º da Lei 9.249/95, com suas alterações posteriores e normas regulamentares.

**Capítulo X - Alienação do Poder de Controle da Cia.:**

**Artigo 33** Em caso de alienação do Controle da Cia., os demais acionistas deverão receber tratamento igualitário àquele dado ao acionista Controlador Alieneante, com relação ao preço e condições de alienação.

**Artigo 34** O disposto acima também deverá ser aplicado nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Cia..

**Artigo 35** Havendo divergência quanto à caracterização de Alienação de Controle da Cia., quanto à obrigatoriedade da aplicação das disposições deste Capítulo, ou relativa às suas condições, estas serão dirimidas por meio de arbitragem, na forma do Artigo 35 deste Estatuto Social.

**Capítulo XI - Arbitragem:**

**Artigo 36** Toda e qualquer disputa, dúvida ou controvérsia que possa surgir entre a Cia., seus Acionistas, Administradores e/ou os membros do Conselho Fiscal, atuais ou futuros (“**Partes Envolvidas**”), a exemplo daqueles relacionados aos oriundos, direta ou indiretamente da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei das S.A. e o Estatuto Social da Cia., bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral (“**Conflito**”), será resolvida por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado (“**CAM**”) e será realizada de acordo com as normas procedimentais do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado; caso a CAM não aceite conduzir e administrar a arbitragem, a condução e administração caberá ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“**CCBC**”), de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CCBC (em qualquer das hipóteses, o “**Tribunal Arbitral**”).

**§1º** Cada Parte Envolvida indicará um árbitro; havendo mais de uma Parte Envolvida com interesse comum, referidas Partes Envolvidas indicarão um único árbitro. O árbitro que presidirá o Tribunal Arbitral será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas.

**§2º** Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do árbitro presidente serão dirimidos pelo Tribunal Arbitral.

**§3º** A arbitragem será realizada no Município de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades.

**§4º** A arbitragem será realizada em língua portuguesa, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil.

**§5º** A arbitragem será concluída no prazo de 6 meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

**§6º** As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas Partes Envolvidas, não cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no Art. 30 da Lei nº 9.307/96.

**§7º** Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito ao Tribunal Arbitral. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no art. 22, § 4º, da Lei nº 9.307/96.

**§8º** Para as medidas previstas no **§7º** acima desta cláusula, para a execução das decisões da arbitragem, e para as causas que não estejam submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo/SP, como o único competente, renunciando a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

**Artigo 37** Não obstante o disposto no Artigo 35 acima, toda e qualquer disputa, dúvida ou controvérsia envolvendo exclusivamente a titularidade das Ações de Controle não estará sujeita a resolução pelo Tribunal Arbitral, sendo submetidas ao Foro da Comarca de São Paulo/SP, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Capítulo XII - Da Liquidação:**

**Artigo 38** Observadas as disposições deste Estatuto Social, a Cia. será liquidada nos casos previstos em lei ou mediante deliberação da Assembleia Geral, que deverá determinar a forma de liquidação, bem como indicar o liquidante.

**Capítulo XIII - Das Disposições Gerais:**

**Artigo 39** Observado o disposto no Artigo 45 da Lei das S.A., o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

**Artigo 40** Para os fins deste Estatuto Social os termos descritos abaixo terão o seguinte significado: (i) “**Acionista Controlador**” significa o acionista ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Cia.; (ii) “**Acionista Controlador Alieneante**” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação de controle da Cia.; (iii) “**Ações de Controle**” significa o bloco de ações que assegure, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle; (iv) “**Alienação de Controle**” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle; (v) “**Comprador**” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alieneante transfere o Poder de Controle em uma Alienação de Controle da Cia.; (vi) “**Conselheiro Independente**” significa o membro do Conselho de Administração que caracteriza-se por: (a) não ter qualquer vínculo com a Cia., exceto participação de capital; (b) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador; (c) não ter sido, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor da Cia., do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Cia.; (d) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Cia., em magnitude que implique perda de independência; (e) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Cia.; (f) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Cia.; (g) não receber outra remuneração da Cia. além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição); e (vii) “**Poder de Controle**” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Cia., de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (“**Grupo de Controle**”) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da Cia., ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

**Artigo 41** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pelas disposições legais vigentes e, especialmente, pela Lei das S.A.. Luciano Sanches Fernandes - Presidente José Airton Oliveira Junior - Secretário.

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 25 Agosto 2025, 17:25:58

**Documento:** Cae AGE 26.09.2019 - DIGITAL 8X36.Pdf

**Número:** 30dc41ba-dedd-46d0-bf40-bf22d35e7a4f

**Data da criação:** 25 Agosto 2025, 17:25:09

**Hash do documento original (SHA256):** 420f26576ef387593fdab79d9b6851620c2e0b320afaa97ca054c48603a10067



## Assinaturas

**FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR**

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 30dc41ba-dedd-46d0-bf40-bf22d35e7a4f, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)

ZapSign 30dc41ba-dedd-46d0-bf40-bf22d35e7a4f. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.